

PORTARIA N.º 8221/2017-MP/PGJ
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 120825/2017 conforme abaixo relacionado:
NOME: LAYSE GORETTI BASTOS BARBOSA
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO DE APOIO TECNICO-OPERACIONAL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
MATRÍCULA: 999.1705
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Castanhal/PA
PERÍODO(S): 15/12/2017 - 15/12/2017
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diaria(s)
FINALIDADE: Conferencia/Exposição - Participar como palestrante na AGROTEC, juntamente com o promotor de justica Marco Aurelio Lima do Nascimento, em Castanhal.
Belem, 29 de Novembro de 2017 .
Ordenador(a) da Despesa: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
*Repblicado por incorreção no DOE do dia 27/12/2017

Protocolo: 276160

FÉRIAS

PORTARIA N.º 147/2018-MP/PGJ
A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,
R E S O L V E :
RETIFICAR os termos da Portaria nº 8.662/2017-MP/PGJ, de 18/11/2017, publicada no D.O.E. de 20/12/2017, para CONCEDER e AUTORIZAR férias ao membro do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	DIAS
43063/2017	PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ	2017/2018	1º	24/07 a 22/08/2018
43063/2017	PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ	2017/2018	2º	23/08 a 21/09/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 16 de janeiro de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional
*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO D.O.E. DE 1/2/2018

Protocolo: 276393

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 006/2018/10ªPJMAB[1] – QUE INSTAURA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, COM FUNDAMENTO NA NOTÍCIA DE FATO Nº 000846-920/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pela Promotora de Justiça, Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira, Titular do 10º Cargo da Infância e Juventude de Marabá, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, VII, da Constituição Federal, c/c art. 26 da Lei 8.625/93 e Resolução n.º 174, de 4 de julho de 2017, vem dispor o seguinte:
CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preconiza o art. 127, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para tantos adotar as medidas legais necessárias (art. 26, caput e incisos, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 3o da Resolução 174/2017 – CNMP, o prazo para conclusão das notícias de fato dar-se-á em 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez por até 90 (noventa) dias e que a presente notícia de fato teve seu prazo vencido, pois foi autuada em 03/07/2017;
CONSIDERANDO que os elementos de prova até então colhidos apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais, nos termos do art. 7o da Resolução 174/2017 - CNMP;
CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é próprio da atividade-fim e destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 8o, III da Resolução 174/2017 – CNMP;
CONSIDERANDO que o procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico, nos termos do art. 8o, Parágrafo único da Resolução 174/207 - CNMP

Resolve instaurar Procedimento Administrativo, tendo como fundamento a Notícia de Fato n. 000846-920/2017, determinando a adoção das diligências que seguem:
O registro e autuação da presente portaria no livro próprio da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá, atuando-se com todos os documentos da Notícia de Fato supracitada, assinalando como objeto: Apurar se o adolescente WILLIAM HENRIQUE se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade;
A nomeação do servidor Eder Alves Moreira de Almeida, para funcionar como Secretário;
Remeter extrato desta portaria para publicação no Diário Oficial do Estado;
Comunique-se, via e-mail funcional, à Corregedoria Geral, para averbação na ficha funcional e controle das diligências, quanto ao teor desta Portaria e dos fatos apurados;
Comuniqu-se, via e-mail funcional, ao respectivo Centro de Apoio em matéria da Infância e Juventude quanto ao objeto do presente procedimento administrativo;
Proceda a numeração das folhas;
Notifique o adolescente WILLIAM HENRIQUE e sua genitora Ana Célia da Silva Santos Silva para que compareçam no órgão ministerial em 15/02/2018, às 09h30min.;
Oficie ao CRAS para que encaminhe relatório de acompanhamento ao adolescente WILLIAM HENRIQUE, no prazo de 10 (dez) dias;
Oficie ao Projeto CEACA para que informe se está acompanhando o adolescente WILLIAM HENRIQUE e, caso positivo, encaminhe relatório ao órgão ministerial no prazo de 10 (dez) dias.
Em consonância com o art. 11 da Resolução 174/2017 – CNMP, o presente procedimento administrativo terá prazo de 01 (um) ano, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos.
Cumpra-se.
Marabá, 30 de janeiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA

EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA N.º 06/2018/10ª PJMAB
A 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARABÁ, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório nº 000076-950/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.
PORTARIA N.º 006/2018/10ª PJMAB DE MARABÁ
Investigado (a): ana Célia da silva santos lima e joão batista
Objetivo: Apurar se o adolescente WILLIAM HENRIQUE se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade.
Marabá/PA, 30 de janeiro de 2018.
Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira
Promotora de Justiça Titular da 10a PJ da Infância e Juventude de Marabá/PA
[1] Autuado sob o mesmo n.º do SIMP.

Protocolo: 276452

OFÍCIO Nº 035/2018-MP/1ªPJCIV
Ananindeua/PA, 25 de janeiro de 2018.
A Sua Excelência, o Senhor
Doutor Gilberto Valente Martins
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Pará
Senhor Procurador-Geral de Justiça,
Com as honras de estilo, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia da Portaria nº 001/2018-MP/1ªPJC, que instaurou, no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça, o Procedimento Preparatório nº 000086-111/2017.
No ensejo, solicito a Vossa Excelência que se digne determinar a publicação no Diário Oficial do Estado do extrato da portaria em anexo, como forma de dar cumprimento ao disposto no art. 54, inciso VI, combinado com o parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2008[1].
Atenciosamente,
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA
Promotora de Justiça, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua

Protocolo: 276401

ATO Nº 012/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 50067/2017, em 06/12/2017, R E S O L V E :
EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, SAMUEL D IGNAZIO CORREA do cargo de

provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeado por meio do ATO Nº 106/2016, datado de 13/07/2016, publicado no D.O.E. de 23/08/2016, a contar de 01/02/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 22 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 013/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 50067/2017, em 06/12/2017, R E S O L V E :
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, SAMUEL D IGNAZIO CORREA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 2ª Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 01/02/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 22 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 014/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 49327/2017, em 01/12/2017, R E S O L V E :
EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do ATO Nº 126/2017, datado de 25/04/2017, publicado no D.O.E. de 28/04/2017, a contar de 01/02/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 22 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 015/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 49327/2017, em 01/12/2017, R E S O L V E :
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 01/02/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 22 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 276516

ATO Nº 20/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 48566/2017, em 28/11/2017, R E S O L V E :
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, PAULA GEOVANA RODRIGUES BARROS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, MP.CPCP-102.3, a partir de 01/02/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 29 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 21/2018
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 162/2017-MP/CPSII, datado de 14/11/2017, protocolizado sob o nº 47385/2017, em 20/11/2017, R E S O L V E :
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico Operacional Judicial e Extrajudicial do Interior, MP.CPCP-102.3, a partir de 01/02/2018:
ANA CAROLINE DE SOUSA FERREIRA
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRÁ-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 29 de janeiro de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 276314